

HABEAS CORPUS Nº 570.605 - SP (2020/0079768-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JAILTON RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : JAILTON RODRIGUES DOS SANTOS - SP300610
MARLENE GONCALVES FIGUEIREDO - SP315088
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON RODRIGUES DE BRITTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. 735 GRAMAS DE *CRACK*. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.

Inicial indeferida liminarmente com recomendação.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Anderson Rodrigues de Britto** – preso preventivamente, desde **5/3/2020**, pela suposta prática de tráfico de entorpecentes, porquanto ele e outros três participantes, detinham um tijolo de **735 g de crack** e R\$ 10.098,00 (dez mil e noventa e oito reais) - (fls. 115/122) –, em que se aponta como autoridade coatora o Desembargador Relator da Nona Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar em *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 2076848-33.2019.8.26.0000/SP), mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Ibiúna/SP (Autos n. 20577891-47.2020.8.26.0000).

Alega-se, em síntese, que o constrangimento ilegal decorre de decisão que, mediante fundamentação inidônea – pois apoiada somente na gravidade abstrata do delito –, decretou a prisão preventiva do paciente, apesar dos predicados que ele ostenta e da ausência dos requisitos previstos no art. 312, *caput*, do Código de Processo Penal (fls. 3/16).

Aduz-se que o paciente é portador de moléstia grave, fazendo-se necessária a concessão de prisão domiciliar para prevenção em relação à Covid-19.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que, superada a Súmula 691/STF, seja fixada a prisão domiciliar.

É o relatório.

Ab initio, as Turmas integrantes da Terceira Seção deste Superior Tribunal, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Tal posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Todavia, no presente caso, o Relator do prévio *mandamus*, ao avaliar o pedido então apresentado na origem, simplesmente constatou a ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar requerida. Além disso, entendeu que era satisfativa a pretensão, solicitando informações com urgência ao Juízo singular. E nisso não há nenhum constrangimento ilegal.

Diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Mesmo que superado tal óbice, a pretensão não mereceria atendimento, porque as instâncias de origem mencionaram que, no tráfico de drogas observado nos autos – **735 g de crack** e R\$ 10.098,00 (dez mil e noventa e oito reais) - (fls. 115/122) –, denota-se, na associação criminosa, clara divisão de tarefas entre os agentes envolvidos e todo estratagema criado, para que a suposta venda ocorresse em lugar em que não houvesse suspeita de tal prática, tratando-se de um clube recreativo (fls. 115/122 e 191 e 193).

Ante o exposto, inexistindo a excepcionalidade necessária ao abrandamento

Superior Tribunal de Justiça

do enunciado da Súmula 691/STF, com fundamento nos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial, com a **recomendação** de que o Juízo competente observe o disposto na Resolução n. 62/2020, editada pelo Conselho Nacional de Justiça, no sentido de reavaliar a situação do paciente, com o intuito de adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator